

AGRICULTURA: CRESCIMENTO & POBREZA

Manuel Correia de Andrade
Geógrafo

1. INTRODUÇÃO

O problema agrário foi sempre um dos mais discutidos nos países subdesenvolvidos. Na verdade, os planos de desenvolvimento elaborados, após a conclusão da II Guerra Mundial, baseavam-se no raciocínio de que o desenvolvimento era consequência da industrialização e, em se projetando uma política intensiva de desenvolvimento industrial, se provocaria o desenvolvimento. Ele era encarado apenas em seu aspecto econômico propriamente dito, deixando de lado, como secundárias as implicações sociais que se operariam nas velhas estruturas. Dava-se oportunidade, através de incentivos fiscais e de subsídios, para que o setor industrial se apropriasse de rendas geradas pela agricultura, provocando assim uma concentração social da renda — beneficiando os grupos econômicos mais ricos, melhor providos de conhecimentos técnicos e melhor organizados —, além de uma concentração geográfica, beneficiando certas regiões e estados, em detrimento de outras, contribuindo para agravar ainda mais o problema dos desníveis de desenvolvimento regional. Promovia-se assim a aceleração do enriquecimento dos ricos ao mesmo tempo que do empobrecimento dos pobres.

No período eufórico da implantação de indústrias e da renovação e modernização do parque industrial brasileiro, últimas décadas do século XIX

— no Nordeste, sobretudo, nos setores têxtil e de produção de alimentos — e início do século XX, geralmente se considerava a agricultura como o setor tradicional da economia entravante ao desenvolvimento industrial, por não fornecer, em quantidade suficiente, a matéria-prima necessária às novas fábricas — muitas delas trabalhando com grande capacidade ociosa — e por não possibilitar aos trabalhadores agrícolas obter uma renda que permitisse uma participação maior no consumo dos produtos industriais. Posteriormente, passou-se a admitir que a agricultura brasileira não era um fator de freio ao desenvolvimento, ao contrário, era fornecedora de alimentos e de matérias-primas necessárias ao consumo do país; era necessário, porém, aumentar a produtividade agrícola, a fim de atender à demanda dos centros urbanos nacionais, em crescimento acelerado, e à demanda internacional, de vez que o aumento do déficit no balanço de pagamento teria que ser compensado com a exportação de produtos agrícolas. Como o preço dos produtos agrícolas não se elevava proporcionalmente ao crescimento do preço do petróleo e dos produtos industrializados, era necessário que a produção dos artigos primários, demandados pelo mercado internacional, se fizesse de forma exponencial, a fim de que fosse obtido o equilíbrio no balanço de pagamentos. E para isto, intensificou-se ainda mais a diferença entre o apoio e o incentivo dados aos produtos agrícolas “nobres”, aqueles destinados à exportação — café, cana-de-açúcar, algodão, cacau, soja, etc — em relação ao que foi dado aos produtos considerados pobres e destinados ao mercado interno — mandioca, milho, feijão, fava, etc.

Consolidava-se, desse modo, a tipologia agrícola que fora implantada no período colonial, quando os portugueses estimularam as culturas de exportação e deixaram entregues aos próprios recursos, à iniciativa de pequenos produtores, a agricultura destinada ao consumo do país. Política que beneficiaria os grandes proprietários, descendentes dos antigos colonizadores, e a burguesia exportadora, em detrimento dos pequenos e médios agricultores, proprietários de minifúndios ou agricultores de terras alheias. Esta orientação, que levava aos grandes proprietários o apoio e o auxílio governamentais, através do crédito subsidiado, da assistência agrônômica, da organização da comercialização e da garantia de um preço mínimo compensador, deixava o pequeno produtor à mercê do crédito a juros extorsivos,¹ da ausência de conhecimentos técnico-agrônômicos aplicáveis à sua cultura e da desorganização do mercado, jogando-o nas mãos dos intermediários que adquiriam a produção na época da colheita, quando havia uma oferta excessiva do produto, para comercializá-la junto ao consumidor na entressafra, quando a oferta era inferior à demanda. Intermediários que, face às estruturas existentes, se beneficiavam das obras governamentais, feitas com a finalidade de atender aos produtores, como a implantação de redes de silos e de arma-

zéns e o estabelecimento de um preço mínimo para os produtos da pequena lavoura, em nível muitas vezes inferior ao custo da produção. Uma legislação de proteção ao trabalhador rural e ao pequeno produtor, que teve grande incremento após 1960, quando se intensificou uma certa inquietação no meio rural e que, se garantiu direitos a eles, provocou também grandes problemas, até prejuízos. Prejuízos que se acentuaram com a política ostensiva de empresarialização da agricultura que condena as atividades de subsistência como tradicionais, como arcaicas, e expande o modo de produção capitalista no meio rural, fazendo desaparecer os modos de produção ditos pré-capitalistas, transformando o camponês — agricultor que produz precipua-mente para o seu abastecimento, levando ao mercado apenas as sobras de sua produção — em assalariado que vende a sua força de trabalho e adquire todas as mercadorias necessárias ao seu consumo.² Como a força de trabalho é uma mercadoria vendida a baixo preço, em um país onde há excesso de mão-de-obra não qualificada e onde se faz uma política de compressão do salário, o agricultor ganha cada vez menos em relação ao que paga para obter as mercadorias indispensáveis à sua subsistência.

2. O CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Ao analisarmos o problema agrário brasileiro nos últimos 15 anos, podemos tomar como base os dados estatísticos de 1965, 1970 e 1975, fornecidos pela Fundação IBGE, para raciocinarmos em termos de crescimento da área cultivada, da produção e da produtividade agrícola. Para fazermos uma análise objetiva e realista, selecionamos os dez produtos que mais se destacam, quer pelo volume de produção, quer pela área cultivada, compreendendo culturas nobres, de exportação, a cana-de-açúcar, o café, o cacau, o sisal e a soja, ao lado de culturas que se destinam tanto à exportação como ao consumo interno como o algodão, o arroz e culturas predominantemente consumidas no país como a mandioca, o milho e o feijão. Há uma série de culturas outras, como o trigo e o fumo, de importância ponderável, que deixamos fora da análise para não torná-la de difícil operacionalidade.

A análise da Tabela no. I demonstra que o crescimento da produção foi feito muito mais em função da área cultivada do que da produtividade agrícola. Foi um crescimento horizontal, com agregação de novas terras, muitas vezes distantes do mercado consumidor nacional e dos portos de exportação, provocando um crescimento do custo de produção, face ao preço do transporte, e a deterioração do meio ambiente, com o desmatamento e o empobrecimento dos solos que não recebem um tratamento racional. Essa agregação de novas áreas, feita com grandes investimentos, abertura de estradas, transporte de colonos e implantação de obras de infra-estrutura pa-

ra os migrantes não leva em conta os prejuízos impostos à população nativa, indígena, que tem suas terras ocupadas por estrangeiros, suas áreas de caça reduzidas e a pesca deteriorada pela poluição dos cursos d'água.

Analisando-se o crescimento da produção agrícola observa-se que este foi mais acentuado em relação à soja, que se elevou de 500 mil toneladas em 1965 para 1.500 mil em 1970 e, finalmente, para 10 milhões em 1975. A soja é um produto quase inteiramente destinado ao mercado externo, apenas pequena percentagem da produção é consumida no país, sob a forma de óleo comestível, e a intensificação de sua cultura foi estimulada sobretudo após a elevação do preço do petróleo, visando cobrir parcialmente o déficit oriundo desta elevação. Apresentaram ainda um crescimento ponderável a de cana-de-açúcar, em grande parte destinada à exportação, sobretudo no período entre 1968 e 1972, quando foi maior a demanda de açúcar no mercado internacional, o arroz, visando atender sobretudo ao crescimento acelerado da população urbana, de classe média, o cacau, o sisal e o milho. A produção de cana-de-açúcar seria estimulada ainda face à possibilidade de se produzir álcool para utilização como combustível, em consequência do crescimento do preço do petróleo.

Quanto aos demais produtos, o feijão não apresentou grandes diferenças quanto à quantidade produzida, o que cria problemas, em função de ser o alimento básico da população de baixa renda que cresce a taxas superiores a 2,5% ao ano. Houve queda de produção do algodão que não vem suportando a concorrência das fibras sintéticas, de outras oleaginosas, do café que sofreu uma grande queda no período 1965/70 — época em que foi feita a erradicação dos cafezais de baixa produtividade — para apresentar um crescimento ponderável no período 1970/75, e da mandioca que cresceu no primeiro lustro, mas decaiu no segundo, apesar de ter havido estímulos à expansão de sua cultura pelo programa PROALCOOL, visando utilizá-la como matéria-prima para a produção de combustível. O baixo conhecimento sobre a mandioca, apesar de sua grande utilização como alimento, e o pouco interesse demonstrado pelos grandes proprietários a respeito de um produto até então pouco rentável, vêm dificultando uma política com vistas à produção de álcool deste tubérculo.

Observando-se o crescimento da área cultivada no mesmo período — 1965/70 —, vê-se que houve uma grande ampliação das culturas de soja — a área cultivada em 1975 era 13 vezes maior que a cultivada em 1965 — e um ponderável aumento do sisal — crescimento de 30% em dez anos — sendo

menor em culturas como a cana-de-açúcar, o feijão — após 1970 — a mandioca, o milho. Observa-se uma certa estabilidade na área cultivada com cacau, restrita a determinadas porções do território nacional — sul da Bahia, norte do Espírito Santo e pequenas manchas na Amazônia. — Houve diminuição da área cultivada com o algodão, o arroz e o café. Este sobretudo, teve a limitação da área cultivada estimulada pelo Governo, quando subsidiou a erradicação dos velhos cafezais de baixa produtividade e só de 1970 para cá vem sendo estimulado em áreas consideradas ecologicamente mais favoráveis. Assim, os estados tradicionais produtores de café vêm perdendo importância — Paraná, sobretudo e São Paulo — em benefício de outros que dispõem de maiores áreas de planalto como Minas Gerais e Bahia, a sua cultura vem sendo estimulada também no Nordeste, em Pernambuco e no Ceará, sobretudo, assim como na Amazônia onde cafezais tanto da *Coffea arábica*, como da *Coffea robusta* vêm sendo implantados no Mato Grosso, no Pará e no Acre.

Observa-se desse modo que o crescimento da produção da cana-de-açúcar, do milho, da soja e do sisal foi feito muito mais em função da expansão da área cultivada do que em função de um aumento da produtividade, enquanto a mandioca e o feijão, tendo ampliado a área cultivada e diminuído a produção, tiveram uma queda da produtividade. Só o cacau apresentou um ponderável crescimento de produtividade, certamente em consequência da ação da CEPLAC, que vem procurando combater as pragas e renovar, em condições racionais, os velhos cacauais. A soja continua com sua produtividade em crescimento, de vez que se elevou de 1202 Kg/ha em 1965 para 1688 Kg/ha em 1975, após uma pequena queda em 1970. Quanto aos demais produtos, houve uma certa estabilidade da produtividade, com crescimentos inferiores a 10%.

Um dos grandes problemas tanto da nossa agricultura como da nossa economia é o baixo crescimento da produtividade agrícola; a produção se eleva com a finalidade de atender às necessidades de exportação e de consumo dos habitantes, à custa de uma crescente apropriação de terras devolutas, da expansão da fronteira agrícola e da destruição, em larga escala, de recursos naturais renováveis e não renováveis — florestas, fauna e solos. Fato que se agrava, uma vez que esta expansão é feita por parte de grandes empresas, de capitais das regiões mais desenvolvidas do país e, sobretudo, de firmas multinacionais, em detrimento da população camponesa que, expulsa dessas áreas, não encontra terras disponíveis para se estabelecer como pequenos proprietários ou como pequenos produtores.

TABELA Nº I
PRINCIPAIS PRODUTOS

CULTURAS	Área cultivada (ha)			Produção (*)			Rendimento (kg/ha)		
	1965	1970	1975	1965	1970	1975	1965	1970	1975
Algodão	4.094.444	4.298.537	3.876.389	1.986.313	1.954.983	1.748.144	496	455	445
Aroz	4.618.898	4.979.165	3.306.270	7.597.649	7.553.083	7.781.538	1.641	1.517	1.466
Cana-de-açúcar	1.705.081	1.725.121	1.969.227	75.852.866	79.752.936	91.524.558	44.486	46.230	46.477
Cacau	483.317	443.916	451.145	160.823	197.061	281.887	333	444	624
Café	3.673.435	2.402.993	2.216.921	3.663.578	1.167.387	2.544.596	997	628	1.148
Feijão	3.272.525	3.484.778	4.145.916	2.289.796	2.211.443	2.282.466	700	635	550
Mandioca	1.749.960	2.024.557	2.041.416	24.992.579	29.464.275	26.117.614	14.281	14.553	12.793
Milho	8.771.318	9.858.108	10.854.687	12.111.921	14.216.009	16.334.516	1.381	1.442	1.504
Sisal	250.020	287.486	326.982	241.965	263.299	314.314	967	916	961
Soja	431.834	1.308.809	5.824.492	523.176	1.508.504	9.993.008	1.202	1.144	1.688

3. CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E APROPRIAÇÃO DE TERRAS

Para se ter uma idéia da necessidade de ampliação da produção agrícola e da oferta de oportunidade de trabalho à população brasileira, observe-se a Tabela no. II, onde se vê como esta população cresceu no século XX.

TABELA No. II
Crescimento da população brasileira — 1900/1970

Recenseamento	População (hab)
1900	17.438.434
1920	30.635.605
1940	41.236.315
1950	51.944.397
1960	70.070.457
1970	93.139.037
1980 (estimativa)	123.032.100

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1977

No último ano do século XIX (1900), a população brasileira que era inferior a 20 milhões de habitantes, ultrapassará, em 1980, 120 milhões. Cresce, assim, mais de seis vezes em 80 anos, a uma razão sempre superior a 2% ao ano. Um crescimento demográfico feito nessas proporções requereria um crescimento econômico em proporções idênticas para atender a um equilíbrio na demanda de trabalho e de produtos a serem consumidos pela população. Tal fato, não ocorrendo, acarretará, naturalmente, um empobrecimento da população.

À primeira vista se poderia arguir que o problema não é dos máis graves, porque o Brasil dispõe, ainda hoje, de grandes áreas não exploradas, ocupadas por populações indígenas pouco densas, que vivem da coleta, da caça e da pesca, e que o crescimento populacional pode e vem sendo acompanhado da apropriação de novas áreas que, com a ampliação do sistema viário, vão sendo agregadas ao espaço econômico brasileiro.

Infelizmente o Brasil não vinha fazendo o cadastramento de propriedades até 1965, limitando-se o IBGE, nos seus recenseamentos, a cadastrar os estabelecimentos, simples unidades de produção. Analisando-se o cadastramento feito pelo então Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) em 1968 — Tabela no. III — observa-se que a área apropriada do país correspondia a apenas 360.418.098 hectares, quando a superfície total do país corresponde a mais de 850 milhões de hectares. Em 1972, a área apropriada, segundo cadastramento feito pelo INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária —, correspondia a 393.230.232 hectares, tendo havido um crescimento da área apropriada de 32.812.134 hectares, ou seja, da ordem de quase 4.700.000 hectares/ano. Crescimento que não resultou, como se previa no Estatuto da Terra, de uma consolidação e ampliação da propriedade do tipo familiar, mas do latifúndio por exploração, que ocupa terras visando a valorização das mesmas, desenvolvendo atividades bastante inferiores às possibilidades de exploração e de produção. Latifúndios que, utilizando o crédito subsidiado, vêm intensificando a proletarianização do trabalhador rural,³ empobrecendo as camadas mais pobres da população e contribuindo para expulsar o agricultor do campo, levando-o às cidades que não dispõem de estruturas para absorver desta população, marginalizando-a em conseqüência. É interessante salientar ainda que em um país onde há abundância de mão-de-obra e falta de capitais, vem se procurando intensificar o uso do fator capital, em detrimento do uso do fator trabalho, porque em seus programas de desenvolvimento vêm os economistas de formação neopositivista, copiando os modelos elaborados pelos economistas do mundo dito desenvolvido, onde a mão-de-obra é cara e o capital abundante.

Pessoas mal informadas vêm atacando sempre o problema do minifúndio, dito improdutivo, esquecendo de salientar os problemas causados pelo latifúndio, também improdutivo, porque subexplorado. As pesquisas de campo, efetuadas nos mais diversos pontos do território nacional, revelam que os minifúndios apresentam uma baixa produtividade mas uma intensa utilização do solo porque o minifundiário procura utilizar ao máximo a área de que dispõe, enquanto o latifúndio é em geral pouco produtivo porque utiliza a área de que dispõe em proporções bastante inferiores às suas possibilidades. Além disso no minifúndio há uma grande percentagem da produção que é autoconsumida, não sendo contabilizada nem utilizada pelas estatísticas, o que contribui para que o mesmo seja considerado improdutivo, enquanto no latifúndio o fato ocorre em proporções mínimas e apenas nas áreas onde domina a agricultura dita tradicional, em que o proprietário permite que o trabalhador sem terras desenvolva, como complemento salarial,⁴ atividades para o autoconsumo.

TABELA Nº III
 ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO BRASIL, 1968/72

CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO		%		HECTARES		%	
	1965	1972	1965	1972	1965	1972	1965	1972
Minifúndios	2.766.201	2.437.001	75,8	70,1	45.821.125	46.276.871	12,5	11,8
Empresas rurais	86.256	162.803	2,4	4,6	16.459.914	35.967.465	4,6	9,1
Latifúndios								
por exploração	793.381	787.195	21,8	22,6	275.294.099	270.051.472	76,5	68,6
por dimensão	279	176	0,01	0,0	22.887.914	17.979.379	6,4	4,6
Inconsistentes	—	87.345	—	2,5	—	22.955.044	—	5,8
TOTAL	3.646.117	3.475.518	100,0	100,0	360.418.098	393.230.232	100,0	100,0

Fontes: José Gomes da Silva. Reforma Agrária no Brasil, 1971 e INCRA — ESTATÍSTICAS CADASTRAIS / 1

4. O SENTIDO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

Ao se desenvolver a política agrária no Brasil partiu-se do princípio de que só a grande agricultura era rentável, o que vinha confirmar a ideologia dos grandes produtores agrícolas que controlam a produção desde a época colonial, e de que se deveria, conseqüentemente, intensificar a utilização do fator capital e beneficiar a grande empresa. Admitia-se que para o trabalhador rural a condição de assalariado, gozando de uma série de direitos já concedidos ao trabalhador urbano — férias, aviso prévio em caso de demissão, contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, aposentadoria na velhice ou por invalidez, etc. — era melhor do que o fortalecimento de uma pequena agricultura camponesa que, produzindo em pequena escala, não podia concorrer com a grande empresa, moderna, capitalista. Não se levando em conta que, ao lado de uma política de proteção ao trabalhador rural assalariado, feita através do Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963, se poderia desenvolver uma política de proteção ao pequeno produtor, através do desenvolvimento de uma estrutura cooperativista de apoio à produção e à comercialização dos pequenos produtores; política que já fora desenvolvida em países enquadrados tanto no sistema socialista — União Soviética, China, Cuba, Iugoslávia — como no sistema capitalista, em Israel, por exemplo, através dos mochavin e dos kibutzim,⁵ na França, na Suécia, na Dinamarca, na Austrália, na Nova Zelândia e, até certo ponto, nos Estados Unidos. A organização de um forte sistema cooperativista permitiria a consolidação da pequena e da média propriedade rural, dando ao agricultor a possibilidade de competição com os grandes empresários, porque utilizariam também uma estrutura moderna de organização da produção, de assistência técnico-agronômica e de comercialização. E tal estrutura foi prevista pelo Estatuto da Terra, promulgado em 1966, quando, em seus artigos, previu a formação de Cooperativas Integrais de Reforma Agrária. Infelizmente, 12 anos após a sua promulgação, não vêm estas cooperativas sendo implantadas em número expressivo e muito menos contribuindo para a fixação do homem ao campo e para a melhoria das condições de vida da população rural.

A modernização da agricultura brasileira vem sendo feita com o fim de atender precipuamente aos interesses dos grandes proprietários rurais e das empresas comerciais e industriais que compreenderam ser de grande interesse investir em terras, face à sua grande valorização, em um país onde a inflação é superior a 40% ao ano. E o investimento em terras é feito com a utilização de subsídios oficiais, ficando inexpressiva a participação do proprietário ou da empresa na aquisição e na instalação de grandes latifúndios.

Observe-se, como exemplo, o caso da Amazônia em suas porções Oriental e Meridional. Já havia para essas áreas uma migração lenta de agricultores sem terras, expulsos de sua área de origem pela falta de trabalho, pelo espírito de aventura, pelo desejo de possuir terras próprias onde pudessem dispor do total de sua produção ou mesmo por razões pessoais as mais diversas. Abriam-se então as grandes rodovias que se destinavam a integrar o espaço brasileiro em torno de seu pólo econômico mais dinâmico — São Paulo —, fazendo com que a Amazônia passasse a se comunicar, por via terrestre, com o sudeste do país — área economicamente mais dinâmica. Daí o surgimento da Belém-Brasília, seguida da Transamazônica, da São Paulo-Cuiabá, da Cuiabá-Porto Velho, da Cuiabá-Santarém, da Porto Velho-Manaus, da Manaus-Boa Vista, na Amazônia, e de uma outra série de rodovias que cortam áreas subpovoadas da porção oriental do Brasil como a Fortaleza-Brasília, cortando o sul do Piauí, e a Salvador-Brasília cortando o oeste da Bahia. A abertura dessas estradas, porém, afugentou os indígenas, reduzindo as áreas de suas reservas e provocando lutas entre estes e posseiros, entre indígenas e grandes empresas e entre posseiros e grandes empresas, valorizou as terras e possibilitou a implantação tanto de pequenas roças como de grandes fazendas. Para garantir aos grandes proprietários a mão-de-obra, escassa na região, desenvolveu-se uma política migratória, levando trabalhadores do Nordeste e do sul do País, onde as disponibilidades de terras eram poucas, estabelecendo os mesmos como pequenos proprietários nos eixos viários e foram criadas as agrovilas e agrópolis — núcleos urbanos e para-urbanos onde são oferecidos serviços e comércio aos colonos estabelecidos no meio rural. Depois, ou ao mesmo tempo, veio a concessão de grandes áreas a empresas multinacionais que, utilizando os incentivos governamentais derivados do Imposto de Renda, implantaram grandes fazendas para criação de gado, visando produzir carne para exportação. A bovinização da região porém, trará uma série de conseqüências, profundamente danosas, a médio e curto prazo. Assim, grandes áreas que poderiam receber milhares de imigrantes onde poderiam ser implantadas pequenas unidades de produção, integradas em um sistema cooperativista, passam a ser ocupadas por uma pequena quantidade de empresas — há unidades que dispõem de mais de um milhão de hectares — que fazem o desmatamento, substituindo a floresta natural por pastagens, semeadas por processos os mais modernos. Assim, uma área que poderia abrigar os excedentes populacionais das regiões superpovoadas, passa a ser ocupada por umas poucas empresas, por uns poucos empregados e por milhares de bovinos. Esse processo de ocupação é realizado sem a menor consideração para com o meio natural, para com a ecologia, sendo a mata destruída pelo incêndio, com perda, não só de grande parte da madeira, como também da matéria orgânica que com a "coivara" é transformada em potássio, em cinza, facilmente transportada pela água das chuvas. A pecuária que aí se

desenvolve é feita em níveis técnicos inferiores; havendo excesso de terras e de subsídios — a empresa quase não emprega capital próprio — torna-se rentável, mesmo sem a aplicação de uma tecnologia moderna. Com poucos anos, o solo amazônico, de rápida lixiviação, se degrada, as pastagens reduzem a sua capacidade de lotação e se caminha para a formação de desertos. Uma simples visita a áreas próximas à Belém-Brasília cuja ocupação se deu vinte anos atrás, dá uma idéia de como o processo de degradação dos solos, promovido pelas grandes empresas, é rápido e permite avaliar qual o futuro da Amazônia, mais da metade do território brasileiro, se esta orientação de política agrária continuar a ser seguida.

Mas o problema não é observado apenas na Amazônia, nas áreas em povoamento, ele apresenta outros matizes, mas com características semelhantes, em outras áreas do país. Para exemplificar chamamos a atenção para a política que se desenvolve no vale do São Francisco, onde numerosas barragens vêm sendo construídas para a produção de energia elétrica. Não se discutem as vantagens ou desvantagens destas barragens, o que se chama atenção é para o fato de que cada barragem provoca a inundação de grandes trechos de várzeas onde se desenvolve, desde o período colonial, a agricultura de vazante, produtora tanto de produtos comerciais como de subsistência, feita sob regime de meação por agricultores pobres. Com a inundação, esses agricultores são desalojados para áreas de caatinga onde não podem desenvolver a atividade agrícola e não para áreas onde poderiam fazer agricultura irrigada, utilizando a própria água represada. Mais uma vez os programas agrícolas vão beneficiar as grandes empresas, de vez que as terras a serem beneficiadas são desapropriadas antes da construção dos canais de irrigação ao preço real. Depois de beneficiadas, valorizadas, são vendidas a grandes empresas que dispõem de capital próprio ou de capital subsidiado, face à aprovação de projetos agropecuários, pelas agências oficiais de desenvolvimento, e passam a desenvolver grandes culturas de pastagens, de uvas e de cana-de-açúcar, utilizando mão-de-obra assalariada. E os antigos posseiros, despojados de suas terras com pequena indenização, ou migram para as cidades ou vão trabalhar como assalariados para as grandes empresas. Por que estes projetos agropecuários não são feitos pelas agências de desenvolvimento visando a implantação de pequenas empresas agrícolas integradas em cooperativas, possibilitando aos antigos posseiros se tornarem proprietários cooperados e de elevarem o seu padrão de vida, evitando a emigração e a proletarianização?

Nas áreas de ocupação antiga vem sendo estimulado o uso indiscriminado da mecanização agrícola e da utilização de adubos químicos, esquecendo que a mecanização agrícola é acompanhada de uma mais intensa utilização de combustíveis e que a adubação química provoca uma intensificação do uso de fosfatos, potássio e de nitratos, produtos importados e vendi-

dos por grandes empresas multinacionais que fazem o planejamento de sua produção e do consumo dos seus produtos em escala mundial e não nacional. Empresas que dispõem de recursos para fazer uma intensa propaganda das vantagens da utilização dos seus produtos, esquecendo que a sua utilização indiscriminada provoca muitas vezes a degradação do meio ambiente, quebra o equilíbrio biológico, deteriorando a flora e a fauna, além de poluir as águas correntes e que o uso indiscriminado da mecanização pode provocar a aceleração da erosão mecânica e, conseqüentemente, a improdutividade dos solos. Experiências feitas pelo agrônomo e empresário Moacir de Brito Freitas, nas plantações de tomate de sua empresa — Carlos de Brito & Cia Ltda — em Pesqueira, Pernambuco, levaram-no a desaconselhar, três décadas atrás, a mecanização nas encostas de pequena inclinação dos vales do Ipojuca e do Ipanema, de vez que a utilização dos processos mecanizados em solos de pequena espessura e de textura siliciosa intensificava a erosão e fazia que, em poucos anos, as encostas se apresentassem nuas de solos e de regolito. Enquanto se estimula a utilização dos adubos químicos, em sua maioria importados, se deixa de utilizar adubos naturais, oriundos do próprio processo produtivo. Um caso expressivo é o das caldas das destilarias de álcool, numerosas nas regiões produtoras de açúcar e de álcool. Os resíduos que resultam dessas destilarias, denominado de calda em Pernambuco e de tiborna em Alagoas, muito ricos em matéria orgânica, são lançados nos rios provocando a poluição de suas águas, fixando o oxigênio, matando a fauna aí existente, além do grande odor, repulsivo as populações, que exalam. O fato é bastante antigo, já em 1808, o Governador de Pernambuco, Dr. Herculano Bandeira de Melo, chamava atenção para os prejuízos que esses resíduos causavam à população e tentava estabelecer uma legislação que impedisse este procedimento.⁶ Na década de 30-1931/40 — o sociólogo-antropólogo Gilberto Freyre condenava o fato, admitindo que os nossos rios estavam sendo substituídos por industriais que não se preocupavam com os interesses e as necessidades da população, transformando os mesmos, tão ricos em peixes e em crustáceos, em verdadeiros mictórios.⁷ O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais chegou a patrocinar pesquisas para que se identificassem as áreas atingidas por este tipo de poluição e as conseqüências da mesma. Hoje observa-se que o processo de degradação dos cursos d'água, em todo o território nacional, se intensifica a cada ano, tanto por parte das usinas e destilarias, como por parte de fábricas de tecidos, de papel e papelão, de soda cáustica, etc, sem que as autoridades tenham tido, apesar da abundante legislação existente, poderes ou condições de coibir o abuso. Abuso que prejudica consideravelmente a população que vive nas imediações dos rios, tanto devido ao odor que os mesmos passam a desprender, como à impossibilidade de utilização de suas águas para abastecimento ou para asseio como pela destruição da fauna e da flora ribeirinhas, fauna e flora que poderiam ser utilizadas como

alimento e também impedir a propagação de moléstias, hoje endêmicas, como a esquistossomose Manzoni, largamente difundida em todo o Brasil. Não seria difícil que, ao serem implantados projetos industriais, subsidiados pelo Poder Público e dependentes de créditos dos bancos oficiais, se exigisse dos mesmos a tomada de medidas antipoluentes, que fizessem com que as indústrias não se tornassem os grandes depredadores do meio natural. Bastaria que as empresas que assim procedessem não contassem com o crédito e com os subsídios oficiais para que o ar, a terra e as águas não fossem degradadas e que a população não fosse contaminada por uma série de moléstias endêmicas e que não fosse envenenada.

Fatos desta ordem vêm indicar que nem sempre a agricultura, dita tradicional, é arcaica, é perniciosa à população, e que a agricultura moderna é mais produtiva e indica a existência de desenvolvimento, de progresso. Os programas de desenvolvimento agrário só podem ser classificados como tais, se vêm contribuir para a melhoria das condições de vida no campo, para fixação do homem ao meio, permitindo que absorva os benefícios da civilização sem que seja expulso, degradado, empobrecido. E a aplicação do Estatuto da Terra, em sua plenitude, poderia trazer uma contribuição para que o crescimento rural fosse transformado em um desenvolvimento rural, para que a modernização não fosse acompanhada do empobrecimento, da destruição da economia camponesa, da quebra das tradições rurais.

Se os grandes programas vêm contribuindo para o empobrecimento da população rural, como ocorre com a ocupação da Amazônia, com o desenvolvimento da agricultura irrigada na região do médio São Francisco, com o Proálcool, etc, também aqueles que visam atender aos pequenos produtores não vêm provocando uma melhoria sensível nas condições de vida da população rural, uma vez que não atingem a grande massa de pequenos produtores. Os trabalhos desenvolvidos pela ABCAR, hoje transformada em EMATER, inspirados na experiência americana e voltados sobretudo para o atendimento do pequeno produtor, com o crédito agrícola supervisionado e com a assistência social, pecam por atingir um pequeno número de famílias, formando um pequeno núcleo beneficiado em uma área muito extensa. Igual orientação é observada em programas como o POLONORDESTE e o PROJETO SERTANEJO que, visando atender à pequena lavoura e dinamizar o abastecimento dos centros urbanos com alimentos, atingem apenas a um pequeno número de agricultores, formando uma minoria privilegiada, em um número considerável de pequenos produtores. Necessário se faz uma política mais ampla, que atinja em larga escala a população agrícola, com a democratização do acesso à propriedade da terra — o que não é difícil em um país onde há grandes extensões ainda não apropriadas ao crédito agrícola, à assistência

técnico-agronômica, e à organização da comercialização, através do desenvolvimento de um sistema cooperativista, forte, autêntico e onde os agricultores tenham acesso às decisões.

5. CONCLUSÕES FINAIS

Acreditamos que, em linhas gerais, apontamos os grandes problemas do setor agrário brasileiro, em uma fase de transição em que o espaço brasileiro começa a ser organizado em função do sistema capitalista mundial. O capitalismo central, ao organizar o espaço do mundo subdesenvolvido, periférico, procura fazer com que ele produza de forma mais racional os artigos mais necessários aos países centrais — a soja, por exemplo, tão necessária ao Japão como alimento humano e aos países europeus como ração para o gado — utilizando uma força de trabalho por baixo preço.

A implantação de uma moderna rede viária visa fazer com que as mercadorias possam circular facilmente, a baixo preço, das áreas produtoras para as áreas consumidoras, que pagam um mínimo em relação ao que auferem com a venda de "know-how" e de produtos industrializados de maior sofisticação. E considera suficiente que os habitantes da área periférica obtenham o necessário à sua reprodução como força de trabalho. E os países coloniais, hoje chamados de subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimentos, se empobrecem cada vez mais, para enriquecer os países centrais, ditos desenvolvidos.

Não pode ser esquecido também o lucro advindo para as grandes empresas com a venda de maquinaria agrícola, de adubos, de inseticidas e de outros produtos aos agricultores que produzem para o mercado, utilizando técnicas mais modernas. Empresas quase sempre estrangeiras, subsidiárias das multinacionais.

Estes fatos tornam urgente a necessidade de uma modificação substancial na política agrária do Brasil, visando-se o fortalecimento da pequena e média propriedade e o desenvolvimento de uma terminologia autóctone, voltada para a problemática do país, utilizadora do fator trabalho — absorvedora da mão-de-obra em larga escala — e de recursos produzidos no território nacional. Uma estrutura cooperativista que consulta a tradição brasileira de auxílio mútuo e prestigiada pelo Poder Público, poderia corrigir os problemas de escalas, dando condições de competitibilidade com as grandes empresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 – ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 3 ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973. p. 159-177.
- 2 – SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos*. Universidade de São Paulo, 1977. Tese de doutorado, onde estudou o problema de forma exaustiva.
- 3 – ANDRADE, Manuel Correia de. *O planejamento regional e o problema agrário no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 1976. pag. 129-55.
- 4 – PRADO JÚNIOR, Caio. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. *Revista Brasiliense*, São Paulo, (28), 1960.

GARCIA LOUREIRO, M. R. *Parceria e capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, Ed., 1977.
- 5 – ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia, região e desenvolvimento*. 3 ed. Recife, Imprensa Universitária, 1977. pag. 53-82.
- 6 – ----- . A poluição dos cursos d'água da Região da Mata de Pernambuco pelo despejo de resíduos e águas servidas pelas indústrias. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Recife, (15), 1966.
- 7 – FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana na vida e na paisagem do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1951.